

A ALIENAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NA FILOSOFIA DE HEGEL

SOCIAL AND POLITICAL ALIENATION IN HEGEL'S PHILOSOPHY

Cloves Barbosa¹

Armando Wilson Tafner Junior²

Sheila Kaline Leal da Silva³

Resumo: Este artigo apresenta a concepção de alienação nas principais obras de Hegel. Uma destas obras é a Fenomenologia do Espírito e a outra é a Enciclopédia das Ciências Filosóficas. Estas obras se completam no que ele denominou de “sistema da ciência”. Dois processos interrelacionados são apresentados nestas obras. Numa, Hegel apresenta o conceito de alienação, e, na outra, as condições de um conhecimento aceito como ciência filosófica. É nelas que o idealismo de Hegel se manifesta de modo pleno e muito bem elaborado. Hegel exerceu influência considerável em diversos pensadores marxistas e não marxistas.

Palavras-chave: epistemologia, sistema de conhecimento filosófico, alienação, idealismo alemão.

Abstract: This paper introduce the Hegel' conception of alienation that is into the your most important Publication. They are Fenomenology of the Spirit”, and Enciclopédia das Ciências Filosóficas.

1 Doutor em Ciências Sociais (Política) pela PUC-SP, e, professor Titular da Faculdade da Unifesspa/ICH, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, e do Mestrado PROFSOCIO - Unifesspa, Marabá. CV: <http://lattes.cnpq.br/3601523254313657>. Contato: cloves@unifesspa.edu.br.

2 Doutor em Economia (NAIA) UFPA, e, professor Titular da Faculdade da Unifesspa/ICH, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, e coordenador do Mestrado PROFSOCIO - Unifesspa, Marabá. Contato: amrandojr@unifesspa.edu.br.

3 Bacharelado em Serviço Social (Campus de Belém), e em Bacharelado e Licenciatura Ciências Sociais (Campus Universitário de Marabá) pela UFPA. Servidora pública federal e municipal enquanto Assistente Social. Mestrado em Dinâmicas Territoriais Sociais da Amazônia (Unifesspa). Contato: sheila@unifesspa.edu.br.



That Hegel' Publication compose the Sistem of Science with two theorical process: Hegel introduce the concept of alienation into one this work, and into other introduce the conditions of the knowledge like philosophical science. This two Publication it is the Hegel' idealism with the complete building, and influence over sameone theorical tendences.

Keywords: epistemology, Philosophical knowledge sistem, alienation, Deutche idealism.

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o sistema da ciência filosófica de Hegel contendo sua concepção de alienação social e política está exposta, escrito numa circunstância prussiana e mundial de crises. Os holandeses se libertaram da colonização espanhola estabelecendo a República da Holanda por uma revolta de 1566 a 1609 num protótipo de revolução burguesa. A “Revolução Gloriosa” inglesa de 1688 se efetivou num acordo entre a aristocracia e a burguesia para compartilhar o poder político suplantando os niveladores. Os Estados Unidos da América do norte em 1776 instauraram uma democracia onde o sufrágio universal é revisto por um corpo provisório de delegados. A Revolução Francesa suplantou a Revolução Gloriosa, mas, Napoleão Bonaparte golpeou o Estado no dia 18 Brumário de 1804, e, a França passou oscilou entre tendências de estruturação social retorno da aristocracia ao poder político, ou consolidar a vitória burguesa (produtiva e/ou financeira) de 1789, ou instaurar o comunismo. A Prússia (atual Alemanha) manteve o predomínio do modo de produção feudal até o final da Primeira Guerra Mundial (Tocqueville, 1988; Marx, 2011; Manfred, 1972; Soboul, 1973).

Hegel viveu de 1770 a 1831 e foi professor em Iena e em Berlim, no contexto mundial de transição do predomínio do modo de produção feudal, com os déspotas esclarecidos onde o rei dividia o poder com uma assembleia composta por representantes dos “três estados”: 1) Aristocracia, 2) Igreja, e, 3) Burguesia [= (?) Povo, para o predomínio do modo de produção capitalista. A filosofia iluminista predominava entre os pensadores. Hegel publicou: a) Fenomenologia do Espírito, (1806),

com uma tradução brasileira em dois volumes (1992a, e 1992b), e contém a diferença estrutural de numerar os parágrafos em toda a obra, como está na obra em espanhol; b) Enciclopédia das Ciências Filosóficas (1817). Assim, Hegel compôs o “sistema da ciência” (Filosófica), se inserindo no tópico do espectro epistemológico: (positivismo) pragmatismo – práxis – teoria – teorismo (idealismo), onde os opostos tendem aos extremos ou à dialética [(práxis – teoria) (idealista [Hegel], ou materialista)] (Barbosa, 2024).

O INÍCIO DO SISTEMA DA CIÊNCIA HEGELIANO

A importância da filosofia dialética

A filosofia de Hegel é essencialmente dialética e idealista, pois, assume como elemento constitutivo do conhecimento, a concretização de uma ideia (realização de um espírito). “A concepção da dialética como constituindo a natureza mesma do pensamento, e que este, como intelecto, deve empregar-se na negação de si mesmo, na contradição, constitui um dos principais pontos da lógica”. A sua elaboração teórica e processual do raciocínio representa o ser em movimento assumido como sendo determinado pelo espírito: “O espírito, como sentimento e intuição, tem por objeto o sensível; como fantasia, as imagens, e como vontade, os fins” (Hegel, Enciclopédia & 11, 1974, p. 20).

O raciocínio filosófico, digno de ser filosofia, se efetiva num sistema de pensamento. Um pensamento isolado “tomado em si mesmo, expressa melhor um modo subjetivo relacionado ao seu conteúdo accidental. Um conteúdo possui sua justificação somente como momento do todo” (Hegel. Enciclopédia, & 14, 1974, p. 23). Exige-se um contexto teórico referencial. “Fora disto, é um pressuposto infundado ou uma certeza meramente subjetiva; muitos escritos filosóficos se limitam deste modo a expressar somente sentimentos e opiniões” (Hegel. Enciclopédia & 14, 1974, p. 23).

A filosofia (da necessidade), é o resultado de um processo de alienação: algo que se deslocou ou foi deslocado de seu processo natural e real originário para outra situação ou grau de existência social relacional (suposto) e potencialmente superior à situação inicial.

A gênese da filosofia da necessidade tem por ponto de partida a experiência, a consciência imediata e racional. Excitado por ela como um estímulo, o pensamento se conduz de modo que a consciência natural, sensível e raciocinadora se eleva ao puro elemento de si mesmo, e deste modo se coloca primeiramente numa relação negativa com relação ao ponto de partida do qual se alienou (Hegel. Enciclopédia & 12, 1974, p. 21).

O ponto de partida da filosofia da necessidade, e se efetiva como uma “consciência imediata e racional”. Kant expressou o mesmo ponto de partida, porém, partindo de conceitos fundamentais a priori (Kant, 1999. p. 53).

O raciocínio filosófico estabelece a negação da empiria para se elevar a outro patamar de figuração. “A autoconsciência somente é algo, somente possui realidade na medida em que se estranha de se mesma” (Hegel. Fenomenologia & 487. 1987, p. 290. Grifos da fonte). A consciência de si move-se movendo a realidade (o ser situado existencialmente). A experiência é o local de onde “o pensamento se conduz de modo que a consciência natural, sensível e raciocinadora se eleva ao puro elemento de si mesma, e, se coloca primeiramente numa relação negativa com relação ao ponto de partida do qual se alienou”. A base empírica inicial é superada no processo de conhecimento. A alienação se configura num processo em que algo se desprende da fonte, situação ou modo do ser (original, empírico), e se torna outro ser, ou, coisa. A alienação é um processo de ruptura ou de duplicação e afastamento e constituição de um(a) outro(a) ser (coisa transformada, situação modificada) (Hegel. Enciclopédia & 12, 1974, p. 21).

A alienação ocorre na conjunção de elementos das circunstâncias socioeconômicas figurando-as de modo próprio e pelas determinações processuais contraditórias. “As essências empíricas levam consigo o estímulo para vencer a forma em que o seu conteúdo é oferecido como algo imediato e de dado, como uma multiplicidade ordenada em uma justaposição, e, em geral, dos aspectos acidentais, e a elevar dito conteúdo a algo necessário”. As determinações empíricas são analisadas, vencidas, transformadas, sobrepostas e assimiladas por determinações racionais. A racionalidade se efetiva pela elevação do empírico ao racional (Hegel. Enciclopédia & 12, 1974, p. 21).

A concepção hegeliana de alienação

O termo alienação nas produções filosóficas de Hegel (Hegel, 1974 e 1987) provocou desvios teóricos quase insuperáveis em diversos autores. Na “Fenomenologia do Espírito”, o conceito de alienação é teorizando sobre uma situação de transição social, econômica, cultural e política servil vivenciada na Prússia e no mundo. Diz Hegel: “A autoconsciência é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido. O conceito da unidade em sua duplicação, [ou] da infinitude que se realiza na consciência de si, é um entrelaçamento multilateral e polissêmico”. A duplicação da autoconsciência [(ou consciência de si) e para si], é a efetivação da consciência para outra. O conteúdo do conceito de alienação comporta uma multilateralidade e uma polissemia, ou seja, com um conjunto de possibilidades de efetivação do (modo de) ser com muitos significados. Depois, Hegel se restringe ao que ele próprio delimitou como foco da própria teorização: uma figuração que se separou da anterior (Hegel. Fenomenologia & 177. 1987, p. 113. Grifos da fonte).

O foco da filosofia de Hegel é a consciência que o ser humano possui de si próprio, como uma unidade que se manifesta, se efetiva, e, assim, se reconhece. O fenômeno da consciência de si se efetiva por meio de um processo de duplicação de uma consciência de si. As características próprias se revelam uma à outra, como a desigualdade, oposição e antagonismo. “Para a autoconsciência existe outra autoconsciência; esta autoconsciência se apresenta fora de si (veio para fora si). Isto comporta uma dupla significação: a) esta autoconsciência “deve tender a superar a outra essência independente, para obter a certeza de si como essência”; b) “essa autoconsciência necessita superar-se a si própria (suprassumir-se), pois esta outra é ela própria”. Isto é a “superação do seu ser outro” e, assim, “restitui-se à outra autoconsciência” num processo de vir-a-ser permanente (Hegel. Fenomenologia & 179 e 180. 1987, p. 113 e 114).

O conceito de suprassumir expressa a efetivação que uma consciência de si assume outra e si própria se tornando consciência para outra consciência. Nesta ida e volta de uma consciência de si para

outra consciência de si, e da outra consciência de si para si própria. A duplicação em que uma consciência de si suprassume outra, e, depois, se desprende desta outra se estabelece como consciências livres. O ser humano em geral se alienou na figuração de senhor e de servo (Hegel. Fenomenologia 182. 1987, p. 114).

Os movimentos de cada autoconsciência se efetivam na superação de um modo de ser por meio de uma luta sem limites. “A autoconsciência é primeiramente simples ser para si, igual a si mesma, pela exclusão de si de todo outro; sua essência e seu objeto absoluto é para ela o eu”, ou dizendo de outra maneira, de um “simples ser para si” (Hegel. Fenomenologia & 186. 1987, p. 115).

Depois de uma parte se estabelecer de modo autônomo, a parte despendida suprassume a outra, ou seja, a assimila em si mesma em ou outro grau de existência mais elevado no contexto existencial que tem início com a consciência imediata. “Na consciência-de-si imediata, o Eu simples é o objeto absoluto; que, no entanto, para nós, o em si é a mediação absoluta, e possui por momento essencial a independência subsistente”. Uma consciência de si precisa dissolver a assimilar a outra consciência de si numa situação mais “elevada” onde suprassume a outra nesse outro grau de existência e outra circunstância, ou seja, realiza-se uma reunificação (volta qualificada ao início) do que estava separado: a vida volta à natureza (Hegel. Fenomenologia & 188 e 189. 1987, p. 116 e 117).

Este processo se constitui com a passagem da consciência imediata (de si) para uma consciência em outra figuração (para outra) em que a consciência de si suprassume a outra e se efetiva em outro grau existencial. “A dissolução daquela unidade simples é o resultado da primeira experiência; mediante essa experiência se põem uma pura e uma consciência que não é puramente para si, mas para um outra, isto é, como consciência que é (essente) ou consciência na figura da coisidade”. O raciocínio possui relação com um processo social, como está na essência das variações filosóficas iluministas: a utopia de construção de uma sociedade burguesa com a metáfora socioeconômica da luta entre o senhor e o servo (Hegel. Fenomenologia & 189. 1987, p. 117. Grifos da fonte).

Um paralelo deste processo está em “O alienista”, quando proporciona a exclusão dos “loucos” do convívio social isolando-os num asilo, sem diagnóstico preciso, onde eles se modificam, e,

expressam revoltas diante de alguns conteúdos sociais do contexto de onde vieram (Assis, S/D, p. 18, 28-31 e 45).

A alienação é fundamental para o (auto)conhecimento do ser, pois, “para a consciência a sustância que é em si, é o saber como seu saber”. A realidade e a consciência se relacionam. “A absoluta certeza de si mesmo se troca imediatamente, para ela mesma como consciência, no apagar-se de um som, na objetividade de seu ser para si. Mas, este mundo criado é seu discurso”. A consciência e a realidade se defrontam com a elaboração teórica. “(O discurso) não alcança a realidade. Falta-lhe a força da alienação, a força de converter-se em coisa e suportar o ser”. A consciência sai de si, se aliena (torna-se alheia), e, alcança a realidade (Hegel. *Fenomenologia & 658*. 1987, p. 383-384. Grifos da fonte). Duas formulações que subjazem à teorização de Hegel: o substrato bíblico, e a filosofia de Heráclito. A primeira formulação, enquanto cristão (luterano), ele se reportou ao evangelho de João, capítulo 12, versos 23 e 24: “É chegada a hora em que será glorificado o Filho do Homem. Em verdade, em verdade, vos digo: se o grão de trigo que cai na terra não morrer, permanecerá só; mas se morrer, produzirá fruto”. Com isso, o processo contém uma contradição absoluta com a reunificação em outro grau de existencia, ou seja, algo é suprasumido noutra configuração (Bíblia, 2023).

A segunda formulação se fundamenta nos fragmentos filosóficos de Heráclito: “O contrário em tensão é convergente; da divergência dos contrários, a mais bela harmonia” (Fragmento nº 8), e, “Para os que entram nos mesmos rios, afluem sempre outras águas; mas do úmido exalam também os vapores” (Fragmento nº 12). O processo contraditório nos movimentos dos seres e dos contextos existenciais se fundamentam na tradição filosófica dialética grega (Leão & Wrublewski, 1991, p. 61).

A dialética da dominação

O confronto de duas autoconsciências

A realidade e o ser se constituem de partes (frações) diferentes, opostas, contraditórias que são figuradas nos conhecimentos produzidos enquanto inseridos num jogo de forças sociais e políti-

cas contextuais e estratégicas. Hegel afirma que “a apresentação de si próprio como pura abstração da autoconsciência consiste em mostrar-se como pura negação de sua maneira de ser objetiva, ou em mostrar que não está vinculado a nenhum ser-aí determinando, nem à singularidade universal do ser-aí em geral, nem está vinculado à vida”. Uma situação vivencial é superada por outra situação vivencial (Hegel. Fenomenologia & 183, 184 e 185, 1987, p, 114, 115 e 116).

Quando uma consciência de si afirma diante da outra consciência de si, ela se afasta da outra e esquece a sua condição de ser determinado, por isso, pretende se tornar independente de tudo, agindo deste modo e se efetiva. “O comportamento das duas autoconsciências se efetiva determinado de tal maneira que se comprovam por si próprias e uma à outra mediante a luta de vida ou morte. E devem se empenhar nesta luta, pois devem elevar a certeza de si própria de ser para si à verdade na outra e em si própria”. A ação aparece nas pretensões de cada autoconsciência, em que uma se manifesta como limite para a outra. “O indivíduo que não arrisca a vida pode ser reconhecido como pessoa, porém, não alcança a verdade deste reconhecimento como autoconsciência independente”. Hegel aponta a relevância da antagonicidade como sendo a essência indispensável do processo que conduz à plenitude do ser analisado (Hegel. Fenomenologia & 188. 1987, p. 116. Grifos da fonte).

A duplicação se efetiva na luta sem tréguas “Devem estabelecer esta luta, porque devem elevar-se à certeza de si próprias do ser para si à verdade, no Outro e nela própria. Somente arriscando a própria vida se mantém a liberdade”. A luta se efetiva na saída das condições imediatas para assumir os riscos da vivência social contraditória. “E se prova que a essência da autoconsciência não é o ser, não é o modo imediato como a consciência de si surge, nem é o seu submergir-se na expansão da vida; mas que nada há na consciência-de-si que não seja para ela momento evanescente (que tende a desaparecer)”. A vida social é circunstanciada. “O indivíduo que não arriscou a vida pode bem ser reconhecido como pessoa; mas não alcançou a verdade desse reconhecimento como uma autoconsciência independente”. A superação deste limite só se efetiva pela morte de uma das consciências de si, “A relação das duas consciências de si é determinada de tal modo que elas se provam a si mesmas e uma a outra através de uma luta de vida ou morte”. A afirmação de uma consciência de si se constitui

na potencialidade cujo limite é a morte da outra consciência de si (Hegel. Fenomenologia & 187. 1987, p. 115s).

Hegel considera a luta e uma autoconsciência (consciência de si) contra outra autoconsciência (também, consciência de si) como uma luta de vida ou morte. Esta luta é apontada como sendo parte da essência da convivência numa sociedade composta de partes (castas, classes antagônicas) cujos interesses, inicialmente, nunca se conciliam. A vida de cada uma consciência de si só pode ser salva se estiver colocada em risco.

Essa comprovação por meio da morte supera (suprassume) a verdade que deveria resultar dela, supera com isso, ao mesmo tempo a certeza de si mesma em geral. Como a vida é a posição natural da consciência, a independência sem a negatividade absoluta, a morte é a negação natural da própria consciência, a negação sem a independência e que, portanto, permanece sem a significação pretendida pelo reconhecimento. Por meio da morte veio-a ser a certeza de que os dois indivíduos arriscavam a vida e a desprezavam cada um em si próprio e no outro (Hegel. Fenomenologia & 188. 1987, p. 116-117. Grifos da fonte).

Cada autoconsciência “supera sua consciência posta nesta essencialidade alheia que é o ser natural ou se superam (suprassumem) a si próprios, e são suprassumidos como extremos que querem ser para si”. Cada uma autoconsciência se assume em outro nível (suprassumem) em que se constituem modificados estabelecendo uma nova configuração em movimento, e, por isso, permanecem como autoconsciências distintas, o que consiste em “desintegrar-se em extremos de determinibilidades contrapostas”. A dissolução é a condição para uma reconstituição. O processo de divisão, dissolução ou distinção, resulta em extremos independentes que se confrontam existencialmente (Hegel. Fenomenologia & 188. 1987, p. 116).

Este movimento vai tender a constituir uma nova reunificação. A dissolução de uma unidade original se constitui em autoconsciências contrapostas e antagônicas numa luta sem tréguas: luta entre senhor e servo que precisa resultar no ser humano simplesmente. Depois, Hegel sustenta que os aspectos contraditórios de um ser ou de uma realidade se apresentam nas formulações teóricas (nos

conceitos), e constituem o foco da atenção das produções filosóficas. As formulações teórico-filosóficas constituindo-se a partir de conceitos comportam as contradições do procuram teorizar com a submissão de tudo a um procedimento crítico (Hegel. Fenomenologia & 189. 1987, p. 116).

Na doutrina dos conceitos contraditórios, um conceito é, por exemplo o azul (também algo como a representação sensível de uma cor é chamada em tal doutrina como um conceito); o outro, o não azul; deste modo, este outro não seria uma afirmação, por exemplo, o amarelo, mas que deve ser considerado somente como abstrato – negativo (Hegel. Enciclopédia & 119. 1974, p. 97).

Ele sustenta que a contradição está na realidade ao dizer: “a representação da polaridade, tanto no uso pela física, contém em si a mais exata determinação da oposição”. E, ainda, coloca o aspecto dialético do processo quando destaca que o movimento do ser resulta numa modificação em que precisam aparecer no pensamento e nas suas formulações. “A física, em seu modo de considerar os pensamentos, se atenha à lógica ordinária, se espantaria se se desenvolver a polaridade e chegar aos pensamentos que estão contidos nela”. Com isso, as formulações da Fenomenologia com a dialética da dominação (senhor e servo) encontra a complementação necessária no sistema da ciência com o registro na Ciência da Lógica (Hegel. Enciclopédia & 119. 1974, p. 97).

As relações entre o senhor e o servo

A unidade dissolvida em partes autônomas e contrapostas se efetiva nas circunstâncias em que a vida se constitui como composta de luta de vida e de morte. “Na autoconsciência imediata, o simples eu, é o objeto absoluto, porém, é para nós, o em si a mediação absoluta e que tem como momento essencial a independência que subsistente”. Esta unidade originária se dissolve no processo existencial. “A dissolução daquela unidade simples é o resultado da primeira experiência; mediante essa experiência se põem uma pura autoconsciência. E uma consciência, que não é puramente para si, mas para outra, isto é, como consciência existindo (essente) ou consciência na figura da coisidade”.

A unidade original se dividiu em autoconsciências que agora se tornaram opostas uma à outra. Nesta provisória situação uma consciência de si se configura como consciência para outra consciência de si, quando uma passa a ser vista enquanto ser na qualidade de uma coisa para a outra (Hegel. Fenomenologia & 189. 1987, p. 117. Grifos da fonte).

Ambos momentos são essenciais, são desiguais e opostos, e ainda não resultou sua reflexão na unidade, assim os dois momentos são como duas figuras contrapostas da consciência: uma, a consciência independente para a qual o ser para si é a essência; outra, a consciência dependente para a qual a essência é a vida, ou o ser para um Outro. A primeira é o senhor, a segunda, o servo. (Hegel. Fenomenologia & 189. 1987, p. 117. Grifos da fonte).

As relevâncias humanas desta circunstância histórica estão registradas no texto de Hegel como sendo compostas pelo confronto entre as duas figuras como essências sociais inconciliáveis. As autoconsciências se configuram na antagonicidade socioeconômica: a figura privilegiada do senhor e a figura dominada do servo (Hegel. Fenomenologia & 189. 1987, p. 117). A edição brasileira da Fenomenologia registra este confronto como sendo entre o senhor e o escravo nos parágrafos 189, 190 e 191 (e escravidão nos parágrafos 194). A tradução brasileira expressa uma distopia retrógrada entre a produção teórica e a época socioeconômica em que a teoria encontra a sua caixa de ressonância. O texto espanhol é mais coerente, pois, a figura do servo expressa o drama da vida social contraposta ao senhor no drama social e produtivo circunstancial (Hegel, 1992a, e 1992b).

A figuração da autoconsciência do senhor

As relações entre as duas autoconsciências (do senhor e do servo) resulta na dominação da autoconsciência senhorial na circunstância socioeconômica feudal, à semelhança do contexto alemão do filósofo. A consciência de si do ser senhorial absoluto se constitui [sua essência, sua coisidade, sua (id)entidade] socialmente com a presença de outro ser (consciência) não senhorial ao qual se contrapõe e do qual necessita como mediação para o seu ser socialmente. Os momentos do “ser para si” e

do “ser para outro(a)” constituem a essência da vida social no período histórico de transição (Hegel. Fenomenologia & 190. 1987, p. 117).

O senhor: a) como conceito da autoconsciência é relação imediata do ser para si, mas, ao mesmo tempo, b) como mediação, ou como um ser para si que só é para si por meio de um outro, se relaciona, a’) imediatamente com os dois momentos; e b’) de um modo mediato, a cada um deles por meio do outro. O senhor se relaciona com o servo de um modo mediato, através do ser independente, pois a isto precisamente é ao que se chama sujeito o servo; é sua cadeia, da qual não pode abstrair-se na luta, e por ela demonstra como dependente, como algo que possui sua independência na coisidade. Porém o senhor é a potência sobre este ser, pois, demonstrou na luta que só vale para ele como algo negativo, e, ao ser potência que se posiciona por cima deste ser e este ser, por sua vez, a potência colocada acima do outro, assim, neste silogismo [da dominação], tem sob si este outro (Hegel. Fenomenologia & 190. 1987, p. 117-118).

As autoconsciências das circunstâncias históricas e locais aparecem como figurações da realidade contraposta entre senhor e servo. A autoconsciência do senhor se constitui como predominante na circunstância socioeconômica servil. O senhor se constitui tanto de modo individual quando social como ser existente absoluto diante do ser a que ele se contrapõe neste contexto em que o iluminismo encontrou o seu terreno propício para se difundir. A constituição da autoconsciência independente do senhor se constitui para si próprio, que necessita de uma outra autoconsciência também independente com que se relaciona (Hegel. Fenomenologia & 190. 1987, p. 117).

Esta relação se caracteriza como sendo socioeconomicamente situada pela mediação que a torna concreta e socialmente violenta. “O senhor do mundo possui a consciência real do que é, da potência universal da realidade, na violência destruidora que exerce contra o si mesmo de seus súditos que o enfrentam” (Hegel. Fenomenologia & 482. 1987, p. 286). A contraposição em dois sentidos: da autoconsciência do senhor, e da autoconsciência do servo. As autoconsciências distintas acontecem numa luta em que a finalidade de uma autoconsciência não é simétrica à finalidade da outra enquanto ser socialmente existentes. Isto somente se efetiva e se estabelece como parte de um projeto de domi-

nação social (Hegel. Fenomenologia & 190. 1987, p. 118).

A dominação de uma autoconsciência sobre outra autoconsciência se efetiva com a autoconsciência própria do ser senhor menosprezando a autoconsciência do ser servo. Enquanto o senhor se assume superando a condição de ser absoluto (suprassume) o escravo também se assume superando a condição de ser socialmente submisso como coisa e suprassume a coisidade em outro grau de existência social. O servo se efetiva como o negativo da condição de si e do senhor. A potência da autoconsciência da dominação passa pela negação cujo limite é a aniquilação quando o servo trabalha (Hegel. Fenomenologia & 190. 1987, p. 117-118).

A consciência do senhor necessita do servo para se efetivar e se reconhecer enquanto tal. “O senhor não possui a certeza do ser para si como da verdade; senão que sua verdade é, pelo contrário, a consciência não essencial com a sua ação (não essencial)”. O ser absoluto do senhor necessita da ação do ser servo que precisa ser negado em sua essência de senhor dominador. Porém, o senhor somente existe em razão da existência do servo (Hegel. Fenomenologia & 192. 1987, p. 119. Grifos da fonte).

A figuração da autoconsciência do servo

O ser que está na condição de servidão se reduz a esta condição diminuída diante do senhor que afirma a sua essência de ser e nega esta mesma essência para o ser servo. O servo se constitui em algo de que o senhor necessita para se reconhecer nas relações sociais e se afirmar como um ser absoluto, “A verdade da consciência independente é portanto, a consciência servil. É certo que esta consciência começa aparecendo fora de si, e não como a verdade da autoconsciência”. Com isso, é a contraposição que possibilita a autoconsciência do senhor com o não reconhecimento da autoconsciência do servo. A afirmação do senhor se efetiva com o inverso que se apresenta diante dele próprio no servo, que se dissolve nas relações de dominação social e pessoal (Hegel. Fenomenologia & 192. 1987, p. 119. Grifos da fonte).

O servo se afirma como agente que produz, o seu trabalho com resultados que possibilitam

a afirmação do senhor. O servo se encontra no trabalho. “No momento que corresponde ao desejo na consciência do senhor, parecia caber à consciência escrava o lado da relação inessencial para com a coisa, porquanto ali a coisa mantém sua independência”. Para se afirmar sem exercer atividades de trabalho, o senhor necessita do seu oposto que realiza estas mesmas atividades. “O trabalho é desejo refreado, um desvanecer contido, ou seja, o trabalho forma. A relação negativa para com o objeto torna-se a forma do mesmo e algo permanente, porque justamente o objeto tem independência para o trabalhador”. O servo é quem exerce as atividades de trabalho em contraposição a quem não trabalha: o senhor. Aqui desponta uma qualidade relevante do trabalho: o trabalho é movedor; “o trabalho forma”. O exercício do trabalho exige abstinência diante de algo geralmente desejado e se constitui como “desejo refreado”. Outras coisas seriam efetivadas em vez de estar obrigado a trabalhar, como o senhor se distingue socialmente do servo. Mas, o senhor pode realizar estes outros desejos exatamente porque o servo lhe proporciona circunstancialmente esta condição de realização que aparecem e se apresentam como se fossem eternas (Hegel. Fenomenologia & 195. 1987, p. 120).

A transformação das consciências

A consciência estoica

A autoconsciência do ser servo em si e para si mesma se depara com o senhor como “essência independente para si existindo e para ela (a verdade) ainda não está nela, muito embora tenha de fato nela mesma essa verdade da pura negatividade e do ser para si, pois experimentou a essência”. A autoconsciência do senhor vivencia a sua condição de privilégio da qual não cogita abandonar, embora incomodada pela ameaça da negatividade da autoconsciência do ser servo. “Essa consciência sentiu a angústia, não por isto ou aquilo, não por este ou aquele instante, mas sim através de sua essência toda, pois sentiu o medo da morte, do senhor absoluto. Aí se dissolveu interiormente; em si mesma tremeu em sua totalidade; e tudo que havia de fixo, nela vacilou”. A autoconsciência absoluta senhorial necessita da autoconsciência servil para existir, mas, sente a ameaça (temor) de morte (He-

gel. Fenomenologia & 194. 1987, p. 119).

O servo atua transformando a natureza, e, proporciona a realização dos desejos senhoriais. “O objeto sobre o qual atuam o desejo e o trabalho é a expansão multiforme da vida, diferenciando-se em si mesma: sua singularização e complexificação. O agir multiforme se condensou agora na diferença simples que está no puro movimento do pensar”. O ato de trabalhar exercita a operação racional. A ação se efetiva para atingir uma finalidade pensada proveniente da autoconsciência agente ou de uma autoconsciência alheia (do senhor) (Hegel. Fenomenologia & 199. 1987, p. 123).

A existência servil implica uma consciência estoica, pois, nega algo que o servo se encontra na circunstância de ter que suportar, se retirando do “ser para si”, embora a aspiração pela liberdade. “A obstinação é a liberdade que se apegue a uma singularidade e se matem dentro do âmbito da servidão; o estoicismo, é a liberdade que imediatamente saindo da servidão retoma à pura universalidade do pensamento”. A circunstância servil prisioneira resulta na consciência estoica que tudo suporte e sobrevive e se assume (suprassume). A circunstância servil é o ambiente em que a consciência se assume estoicamente e sobrevive (Hegel. Fenomenologia & 199. 1987, p. 123).

A abstração desta circunstância se efetiva como figuração de um conteúdo a ser efetivado. “A consciência, quando pensa o conteúdo, o destrói como um ser alheio, sem dúvida; mas o conceito é conceito determinado e justamente essa determinidade é o alheio que o conceito possui nele”. A questão da verdade se apresenta. “O estoicismo caía em perplexidade quando lhe perguntavam, na linguagem de então, sobre o critério da verdade em geral; quer dizer, com mais propriedade, sobre um conteúdo do pensamento mesmo”. A racionalização questiona a condição de ser reduzido a coisa que o servo vivencia assume (suprassumir) para (sobre)viver (Hegel. Fenomenologia & 200. 1987, p. 134).

A consciência cética

O ato de (supra)assumir se constitui na negação da condição de coisa subjugada. “A cons-

ciência trabalhadora chega à intuição do ser independente, comi (intuição) de si mesma” (Hegel. Fenomenologia & 195. 1987, p. 120). A dupla significação da formação: a) positiva, pois constitui o ser servil produtivo, e, b) negativa, pois, comporta o temor diante do outro ser, o senhor como potência autoconsciente. “Esse negativo objetivo é justamente a essência alheia ante a qual ele tinha tremido. Agora, o servo destrói este algo negativo estranho, e se converte em algo para si mesmo, em algo que é para si” (Hegel. Fenomenologia & 196. 1987, p. 120. Grifos da fonte).

A consciência cética transita para uma consciência estóica. “O ceticismo é a realização do que o estoicismo era somente o conceito; - e a experiência efetiva do que é a liberdade do pensamento: liberdade que em-si é o negativo, e que assim deve apresentar-se”. A negatividade do ser servo o faz se renovar. “O ceticismo manifesta o movimento dialético que são a certeza sensível, a percepção, a inessencialidade do que é válido na relação entre o senhorio e a servidão e do que vale como determinado para o pensamento abstrato” (Hegel. Fenomenologia & 203. 1987, p. 125). O negativo se efetiva o movimento dialético que questiona o que está estabelecido. O que que tem pretensão de eterno tende ao desaparecimento (Hegel. Fenomenologia & 204. 1987, p. 125-126).

A relação entre consciência e realidade implica em avaliar o processo que se move nas contradições dos seres e da realidade. O resultado desta relação é a necessidade de a consciência de si (supra)assumir a si mesma noutra condição. “No ceticismo a consciência se experimenta em verdade como consciência em si mesma contraditória; e dessa experiência surge uma nova figura que rejunta os dois momentos que o ceticismo mantém separados”. As figurações de senhor e de servo se tenciona efetivamente e a tendência de aniquilamento de uma autoconsciência pela outra resulta na duplicação que se efetiva. “A duplicação que antes se repartia entre dois singulares - o senhor e o servo - retoma à unidade; e assim está presente a duplicação da consciência-de-si em si mesma, que é essencial no conceito do espírito”. A insatisfação das autoconsciências precisa se manter nas tensões circunstâncias. A finalidade a ser alcançada ainda não se manifesta possível. “Não está ainda presente a sua unidade, e a consciência infeliz é a consciência-de-si como essência duplicada e somente contraditória”. A utopia emancipatória ainda se restringe à ideia, e, por isso, resulta na “consciência infeliz”

com “as duas essências alheias uma à outra”. A unidade pretendida e buscada do ser humano em si mesmo ainda não se efetivou (Hegel. Fenomenologia & 206, 207 e 208. 1987, p. 127 e 128).

O COMPLEMENTO DO SISTEMA DA CIÊNCIA

A delimitação da filosofia

A ciência (filosófica) é uma atividade racional e assim, ela produz os seus resultados. “A razão é a certeza da consciência de ser toda realidade. Deste modo expressa o idealismo (...). A autoconsciência somente é toda realidade não só para si, mas também em si ao devir esta realidade, ou melhor, ao demonstrar-se como tal” (Hegel. Fenomenologia & 239. 1987, p. 114. Grifos da fonte). Os resultados racionais (ideais) são móveis, pois, a realidade se move. A filosofia possui uma tarefa que está definida do seguinte modo: “A tarefa da filosofia pode ser determinada do seguinte modo: O espírito, como sentimento e intuição, tem por objeto o sensível; como fantasia, as imagens, e como vontade, os fins” (Hegel. Enciclopédia & 11. 1974, p. 20).

A produção teórico-filosófica se efetiva com o uso de meios para obter uma finalidade a que se busca. Uma produção teórica precisa estar inserida num sistema, pois sem um sistema, a produção teórica não passa de uma manifestação subjetiva e restrita ao aspecto accidental da coisa tratada. Hegel sustenta que “um conteúdo possui sua justificação somente como momento do todo, e, fora disto, é um pressuposto infundado ou uma certeza meramente subjetiva; muitos escritos filosóficos se limitam a expressar somente sentimentos e opiniões” (Hegel. Enciclopédia & 14. 1974, p. 23).

Hegel operacionaliza a razão e se assume como sendo um idealista.

A razão é a certeza da autoconsciência de ser toda realidade; deste modo expressa o idealismo, o conceito da razão. Do mesmo modo que a consciência que surge como razão abriga de um modo imediato em si esta certeza, assim também o idealismo a expressa de um modo imediato: eu sou eu, no sentido de que o eu que é meu objeto, é objeto com a consciência do não ser de qualquer outro objeto, é o único, é toda a realidade e toda presença, e não como a autoconsciência em geral, nem tampouco como na autoconsciência livre

(Hegel. Fenomenologia & 233. 1987, p. 144. Grifos da fonte).

Enquanto se concentra no eu, a teorização não possui as condições de produzir conclusões generalizadoras dos conteúdos que expressa com este subjetivismo. O alcance teórico se reduz ao que está imediatamente manifesto (fenômeno) como o eu consegue observar e expressar. O sistema completo do sistema da ciência está na Enciclopedia de las Ciencias Filosóficas, que está composta de três partes: a) Ciência da Lógica, b) Filosofia da Natureza, e, c) Filosofia do Espírito. O próprio filósofo registrou esta composição na segunda das obras acima identificadas.

Na minha Fenomenologia do Espírito, designada como a primeira parte do sistema da ciência, apresento o método que consiste em partir da primeira e mais sensível manifestação do espírito, da consciência imediata, e desenvolver sua dialética até chegar ao ponto de vista do conhecimento filosófico (Hegel. Enciclopédia & 26. 1974, p. 35. Grifos da fonte).

A dialética comporta a essência da mobilidade do ser (coisas, substâncias), o que ocasiona consequências epistemológicas. O fenômeno é a expressão imediata do que está em movimento. A fenomenologia entra em processo de superação pela elaboração racional, e, potencialmente, consegue comparar as certezas imediatas. “O idealismo expressa uma certeza imediata à qual se contrapõem outras certezas imediatas, que haviam se perdido neste caminho” (Hegel. Fenomenologia & 234. 1987, p. 145. Grifos da fonte). E, a ideia se constitui como dialética. “A ideia é essencialmente processo, porque sua identidade somente é a identidade absoluta e livre do conceito, enquanto é a absoluta negatividade, e, portanto, é dialética (Hegel. Enciclopédia & 215. 1974, p. 150). A produção de conhecimentos implica superar os momentos da manifestação para atender às exigências dos padrões epistemológicos. A razão realiza uma reflexão cujas normas estão apresentadas na Ciencia da Lógica. “Por meio da reflexão se opera uma troca no modo em que o conteúdo está antes na sensação, a intuição e a representação. E somente por esta troca é como a verdadeira natureza do objeto se revela à consciência” (Hegel. Enciclopédia & 22. 1974:33).

A Ciência da Lógica

A lógica hegeliana assume a contradição do que teoriza como um dos seus aspectos constitutivos centrais que formalizam as leis do pensamento que se assume como “ciência de um pensamento puro (...). Como a lógica é a forma absoluta da verdade, ou melhor, a verdade pura, é algo mais do que uma coisa útil” (Hegel. Enciclopédia & 19. 1974:29). O que a razão produz é uma reflexão, e assim, se relaciona com a realidade. “A reflexão é a atividade do pensamento aplicando-se a um objeto, e seu produto é o universal; por conseguinte, este universal é o que constitui o próprio fundo, a essência íntima e a realidade do objeto” (Hegel. Enciclopédia & 21., 1974:33).

As normas internas do “pensamento em si e consigo mesmo” se constitui num dos pressupostos da lógica, mas, vai além deste primeiro estágio, para se chegar a conhecer a verdade, a reflexão necessita “representar o que verdadeiramente são as coisas”. A necessidade de observar o processo das coisas se constitui em outro fundamento da elaboração do conhecimento, pois, “a ciência considera as determinações do pensamento como determinações fundamentais das coisas e, com efeito, por esta mesma suposição de que o que é, pelo fato de ser pensado, é conhecido em si, apresentava-se mais elevado do que a filosofia crítica” (Hegel. Enciclopédia & 28. 1974:37). A filosofia crítica supera os limites do empirismo, que pressupõe “o conteúdo espacial (real) do que é percebido”. Mas, o conhecimento não se restringe ao que é, mas, também ao “que deve ser”, isto é, comporta uma perspectiva teleológica (Hegel. Enciclopédia & 38. 1974:41-42).

A filosofia crítica comunga do conhecimento dos fenômenos com o empirismo, mas, o toma como uma das condições da ciência e não a única determinante, e também não se limita ao resultado do procedimento racional. Do mesmo modo que os resultados empíricos, os conceitos intelectuais também são submetidos a uma investigação (Hegel. Enciclopédia & 40. 1974, p. 43). Novamente, Hegel assume que está superando expressamente o sistema idealista kantiano, que comporta o conhecimento em que a “a mancha cai sobre o pensamento; assim que este seria insuficiente, porque não sendo adequado à percepção e a uma consciência que se limita ao círculo da percepção, os pensa-

mentos não podem encontrar-se nela, e, do conteúdo do pensamento em si mesmo não se disse uma palavra” (Hegel. Enciclopédia & 47. 1974, p. 47). O dualismo kantiano é outro aspecto a superar: “Em todo sistema dualista, como no kantiano, o defeito fundamental se dá a conhecer pela inconsequência em que se cai de querer unificar o que num momento antes se havia declarado independente e, por conseguinte, não unificável” (Hegel. Enciclopédia & 60. 1974, p. 57).

O ser é tratado na Ciência da Lógica se movendo e efetivando a aparição, a manifestação, encontrar o apogeu (alienação), declinar, e, desaparecer (desalienação). “O nada é considerado como este imediato igual a si mesmo, o que o ser é. A verdade do ser, como do nada, é, pois, a unidade de entre ambos. Esta unidade é o devir (...). A filosofia é, precisamente, a doutrina que emancipa o homem de uma infinita quantidade de fins revelando-as como finitas” (Hegel. Enciclopédia & 88. 1974, p. 79). Em resumo: “O ser é o passo para o nada e o nada é o passo para o ser”. O ser (a substância) está num permanente devir, e quantidade, qualidade, peso, cor... são acidentes com aos quais as coisas se manifestam a partir de uma essência que tudo sustenta. “A coisa é a totalidade enquanto desenvolvimento, confluyente em um, das determinações da razão e da existencia. Segundo um de seus momentos, isto é, da reflexão em outro, tem em si as diferenças pelas quais é uma coisa determinada e concreta” (Hegel. Enciclopédia & 88, 119 e 125. 1974, p. 81 e 102).

A coisa em si, a sua essência, e o fenômeno se contrapõem. A essência, a coisa existente é uma totalidade. “A coisa é a totalidade enquanto desenvolvimento, confluyente em um, das determinações da razão e da existencia. Segundo um de seus momentos, isto é, da reflexão em outro, tem em si as diferenças pelas quais é uma coisa determinada e concreta”. O fenômeno se constitui num aparecer. “O aparecer é a determinação, por meio da qual, a essência não é senão, essência, e o aparecer desenvolvido é o fenômeno. A essência não está por detrás ou para além do fenômeno, mas, ele é o mesmo que a essência é o que existe, a existência é o fenômeno”. As coisas se manifestam em circunstâncias distintas em que elas procuram sobre-existir, e, a razão elabora conceitos sobre a(s) coisa(s). “O conceito é o que é em tudo e por tudo concreto, porque a unidade negativa consigo mesma, como ser determinado em si e por si (o que é a individualidade) constitui, ela mesma, sua relação consigo,

a universalidade” (Hegel. Enciclopédia & 131 e 164. 1974, p. 105 e 123).

A formulação de um juízo se constitui em Hegel a partir dos pressupostos aristotélicos dos tipos de silogismos: assertório, problemático e apodítico. O juízo assertório se constitui no limite de não se fundamentar precisamente na coisa teoricamente elaborada, pelas suas qualidades, isto é, seus acidentes. Juízos problemáticos por serem contrapostos a outros juízos sobre a mesma substância assertivamente avaliada. O juízo apodítico é elaborado sobre a substância efetiva e necessária.

Quando a particularidade objetiva está posta no sujeito, e sua especificação é a conformação do ser determinado, o sujeito expressa somente algo com sua determinação, isto é, com seu gênero; e por conseguinte, o que constitui o conceito do predicado (esta – a individualidade imediata – casa, gênero – constitui deste outro modo – especificação, é boa ou má), temos assim um juízo apodítico. Todas as coisas são um gênero (que é seu destino e fim) numa relação individual de uma particular conformação, e sua finalidade é, que o particular delas pode ser, ou também não ser, conformidade ao universal (Hegel. Enciclopédia & 179. 1974, p. 130).

A Filosofia da Natureza

Hegel apresenta tudo em movimento. Ele concebe a Natureza (realidade) como constituída enquanto unidade que se move permanentemente num devir que tem um início num desenvolvimento e chega a um fim. A natureza está um movimento próprio. “O desenvolvimento da matéria real, isto é, que contem em si a forma, passa em sua totalidade, à identidade pura de suas determinações, ao si mesmo abstratamente idêntico consigo que, nesta região da individualidade externa se faz o mesmo externo, e, desaparece” (Hegel. Enciclopédia & 307. 1974, p. 215).

A vida animal parte desta natureza móvel e se circunscreve no processo de ser móvel. “O animal possui autodesenvolvimento accidental porque sua subjetividade como a luz, é idealidade que subtrai da gravidade, um tempo livre, o qual enquanto é arrebatado da exterioridade real, determina seu lugar por si mesmo, segundo acidentes internos”. O idealismo hegeliano se manifesta como iluminista. Uma subjetividade possibilita a construção de rumos não plenamente determinados, como o

iluminismo a caracteriza. A ideia se efetiva movendo a realidade. O animal se constitui com capacidade para (re)construir o próprio lugar na natureza e se figura supassnumido, isto é, o ser humano se aliena (Hegel. Enciclopédia & 351. 1974, p. 249).

Tanto realidade quanto a vida social está um processo dialético. “O processo real, ou a relação prática, com a natureza inorgânica, começa com a ruptua em si mesmo, com o sentimento da exterioridade como a negação do sujeito”. O sujeito estabelece uma relação prática (real) com a natureza. Ser humano e natureza se encontram em relações que conforme as possibilidades de atividades práticas de transformações conforme as aspirações humanas no contexto natural com as suas adversidades. o ser humano enquanto sujeito “é, por sua vez, a relação positiva consigo mesmo e a certeza com esta sua negação”. O ser humano se aliena da natureza tanto se afirmando quanto se negando em muitos dos aspectos de suas constituições específica. O ser humano vivente se depara com a natureza exterior que o nega enquanto vivente e o atrai, numa relação de tensão que permanece e desafia o humano, principalmente quando ele está constituído de frações antagônicas (Hegel. Enciclopédia & 359. 1974, p. 253).

A Filosofia do Espírito

O ser que conhece

Na filosofia do Espírito que Hegel expressa ser tributário de Platão, referindo-se à máxima platônica: “Conhece-te a ti mesmo”. O que mais importa é o conhecimento de ser humano enquanto ser por si próprio. “o conhecimento da verdade do homem, da verdade em si por si, da própria essência enquanto espírito, em seus aspectos subjetivos (Hegel. Enciclopédia & 377. 1974, p. 267).

O desenvolvimento do espírito pressupõe que ele: I. É na forma da relação consigo mesmo; dentro dele a totalidade ideal da Ideia deve ser para si, ou seja, o que é seu conceito chega a ser para ele, e seu ser está precisamente nele estar na posição de si, isto é, em ser livre. Tal é o espírito subjetivo. II. É na forma da realidade como de um mundo a produzir e produzido dele, no qual a liberdade está como necessidade existente. Tal é o espírito objetivo. III. É

na unidade da objetividade do espírito e de sua idealidade, ou se seu conceito, unidade que é sua verdade absoluta. Tal é o espírito absoluto (Hegel. Enciclopédia & 386. 1974, p. 270).

O espírito também se encontra em movimento que se constitui numa tríade: a) Na relação consigo mesmo; b) Inserção num mundo a “produzir e ser produzido dele”. A liberdade nunca se constitui como absoluta, mas, “a liberdade está como necessidade existente”, cujo elemento destacado é a aparência (Hegel. Enciclopédia & 386 e 415. 1974, p. 270 e 296).

Hegel se diferencia de Kant mais uma vez. “A filosofia kantiana pode ser considerada mais determinadamente como a que concebeu o espírito como consciência e que contém somente determinações da fenomenologia, não da filosofia do espírito”. Kant, o seu antecessor, se circunscreveu nos limites da fenomenologia, isto é, ficou nas manifestações do ser, e, não buscou a coisa em si, a substância, a essência do ser (HEGEL. Enciclopédia & 415. 1974, p. 297). A teorização sobre a (auto) consciência ocorre sobre as lutas como elemento constitutivo da vida social. “A luta do reconhecimento é de vida ou morte. Cada autoconsciência coloca a vida da outra em perigo, já que igualmente cada uma se volta à conservação de sua vida com existência de sua liberdade (Hegel. Enciclopédia & 432. 1974, p. 303). E, a luta antagônica entre o senhor e o servo se repete entre povos, quando um povo passa a dominar outro povo (Hegel. Enciclopédia & 550. 1974, p. 373-374).

A inteligência se efetiva determinadamente figurando a realidade. “A inteligência se encontra determinada; esta é sua aparência da qual parte em sua imediatez. Como saber, a inteligência consiste em colocar como próprio o que foi encontrado”. A inteligência realiza figurações do real. “Esta atividade é o conhecer”. O idealismo hegeliano se diferencia de Berkeley (2005) que sustenta haver só há o único espírito recipiente e onipresente sendo o que existe: panenteísmo (ser único sem alienação), e, do idealismo de Kant (1999) que sustenta a impossibilidade de a razão acessar a coisa em si (elaboração de elementos da razão pela própria razão). Ele confronta consciência e realidade, mantendo o predomínio da ideia. “A abstração que tem lugar na atividade representadora, de onde são produzidas representações gerais – e as representações como tais, tem já em si a forma da universa-

lidade – é expressa frequentemente como o cair de uma sobre outra de muitas imagens semelhantes, e deste modo, deve ser explicada”. Esta é a fonte da polissemia racional sobre o ser real em razão das múltiplas imagens formuladas na razão cognoscente (Hegel. Enciclopédia & 445 e 455. 1974, p. 310).

O espírito subjetivo

Hegel aponta outro aspecto em que ele supera Kant quando associa teoria e prática. Ele sustenta que “o espírito realmente livre é a unidade do espírito teórico e prático: querer livre, que é por si mesmo querer livre, posto que o formalismo, a acidentalidade e a limitação daquele que até agora o conteúdo prático tem sido superado”. A relevância de liberdade, destacada no iluminismo com a proposição de uma sociedade burguesa está também em Hegel. “A liberdade que se configurou como realidade de um mundo recebe a forma da necessidade, cuja conexão substancial é o sistema das determinações de liberdade e a conexão fenomênica é o poder, a autoridade, ou seja, a validade que possui na consciência”. A realidade tinha que ser pensada em relação ao seu tempo como “a contradição, sob todos os aspectos que é expressa neste múltiplo dever ser (o ser absoluto que, por sua vez, não é), contém a análise mais abstrata do conceito de espírito em si mesmo, seu mais profundo estar em si”. Desta contradição é que resulta uma utopia social. “A relação entre si das determinações contraditórias é a certeza abstrata de si mesmo”. Com isso, a certeza se sustenta com o movimento de mudanças (Hegel. Enciclopédia & 481, 484, e 511. 1974, p. 335, 337 e 348).

O Estado é parte desprendida da sociedade. “A essência do Estado é o universal em si e por si, a racionalidade do querer”, e, se efetiva como “uma totalidade organizada e distinta em atividades particulares”. O processo se efetiva com a separação e distinção de uma parte da sociedade que se alienou dela. O Estado é uma assembleia representativa da sociedade. Ele não menciona a burocracia jurídico-política. “A assembleia das representações de classes implica a participação de todos”. A utopia iluminista vinha se efetivando com o movimento liberal burguês, propondo o Estado com participação social por representação destacada do povo: sua alienação. Aí está o limite burguês da filosofia

política de Hegel. “O Estado é a realidade imediata do povo singular e naturalmente determinado” (Hegel. Enciclopédia. 539, 544 e 545. 1974, p. 359 e 360, 365, e 369).

O espírito absoluto

Hegel reúne e unifica a consciência subjetiva com a consciência objetiva no espírito absoluto. Ele “é identidade, que é tanto eternamente em si, quanto deve tornar e é tornada em si. É a única e universal substância como substância espiritual” (Hegel. Enciclopédia & 554. 1974, p. 382). Hegel define o conteúdo de Ciência Filosófica: “A filosofia se determina como um conhecimento da necessidade do conteúdo da representação absoluta e da necessidade de ambas formas, isto é, por uma parte, da intuição imediata e de sua poesia, e da representação que pressupõe, da revelação objetiva e extrínseca”. Trata-se de algo absoluto que se move, movendo a realidade. A realidade é a alienação do espírito (ideia). O cristão, Hegel, insere a fé neste processo. “De outra parte, primeiramente, do aprofundar-se em si, subjetivo e da identificação da fé com o objeto suposto”. Hegel compreende o ateísmo de modo específico: “A acusação de ateísmo pressupõe uma representação determinada de um Deus cheio de conteúdo e procede de que o pensamento representativo não encontra, os conceitos filosóficos, as formas peculiares a que está ligado”. No panenteísmo de Berkeley, o ateísmo está sem ligação entre a filosofia de uma representação do real com a presença do ser divino: Deus. A Ciência Filosófica trata da realidade social, que é “a universalidade convalidada pelo conteúdo concreto como por sua realidade”. A teoria filosófica e a realidade são móveis e se relacionam (Hegel. Enciclopédia & 573 e 574. 1974, p. 393 e 399).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia hegeliana se tornou muito conhecida a partir das polêmicas de Marx e de Engels com o idealismo alemão. Está em Hegel as elaborações que consolidam este tipo de idealismo que

realizou grandes influências no mundo. A teoria e a lógica da alienação estão no centro de sua Ciência Filosófica. Hegel se defronta com os seus antecessores reelaborando o idealismo com a necessidade de analisar a realidade (“a coisa em si”) que outras teorizações menosprezam. O seu idealismo se diferencia tanto de Berkeley quanto de Kant. Ele se insere nos propósitos da realização da utopia social burguesa nascente e antifeudal. A Ciência Filosófica de Hegel é uma ciência da sociedade em transição, com a formulação de um devir pela filosofia iluminista. A filosofia é uma ciência que elabora uma representação teórica da realidade, que não é um espírito único onipresente.

Referências bibliográficas

ASSIS, M. “O alienista de ‘papéis avulsos’”. PROENÇA, M. C. (Org.). O alienista e outras histórias. Rio de Janeiro: EDIOURO, S/D, p. 15-56.

BARBOSA, C. Professores na obra O Capital. Maringá: Viseu, 2024.

BERKELEY, G. Tratado sobre os princípios do conhecimento humano, e Três diálogos entre Hylas e Filonous em oposição aos céticos e ateus. São Paulo: Nova Cultural, 2005, p. 9-89.

BÍBLIA (de Jerusalém). Evangelho de João. São Paulo: PAULUS, 2023, p. 1842-1895.

HEGEL, G. W. Enciclopedia de las Ciencias Filosóficas. Mexico: Juan Pablo Editor, 1974.

HEGEL, G. W. Fenomenología del Espíritu. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

HEGEL, G. W. Fenomenologia do Espírito. Vol. I. Vozes: Petrópolis, 1992a.

HEGEL, G. W. Fenomenologia do Espírito. Vol. II. Vozes: Petrópolis, 1992b. KANT, I. Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

LEÃO, E. C. & WRUBLEWSKI, S. Os pensadores originários. Anaximandro, Parmênides, Heráclito. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 57-93.

MARX, K. 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANFRED. A. Z. A Revolução Francesa. Lisboa: Arcádia, 1972.

SOBOUL, A. 1789: L'an Un da la liberté. Étude historique. Textes originaux. Paris: EDITIONS SOCIALES, 1973.

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988.